

Exmo Senhor Presidente
Exm^{as} Senhoras e Senhores Deputados
Exm^{os} Senhores Membros do Governo

O “TRIANGULO” COMO PRODUTO TURÍSTICO

Este conceito do triângulo aplicado ao grupo formado pelas ilhas de S. Jorge, Faial e Pico, já tem alguns anos e radica fundamentalmente na pretensão e expectativa deste poder vir a constituir-se em primeiro lugar e acima de tudo um destino turístico de eleição com especificidades muito próprias, considerando a sua proximidade geográfica por um lado e por outro a diversidade da sua oferta, no que às suas condições naturais mas fundamentalmente às suas diferenças culturais dizem respeito.

Teve na Associação de Municípios do Triângulo, há já alguns anos atrás, a sua corporização e no entanto parece-nos que ainda tem total actualidade.

Ainda hoje todos reconhecem, não obstante poucos se terem empenhado verdadeiramente na sua consubstanciação o potencial turístico que esteve aliás na origem da sua conhecida designação. De facto a relativa proximidade destas três ilhas: Faial, Pico e S. Jorge, situação única nos Açores, confere a este grupo, a possibilidade de ser visitado por qualquer turista, com apenas uma viagem de avião e ligações marítimas de escassos trinta minutos.

Esta possibilidade e estas vantagens, como também a noção arquipelágica dificilmente se repetem noutro grupo de ilhas açorianas.

O triângulo seria assim, nesta perspectiva, o maior território açoriano, detendo para já a terceira maior concentração populacional, logo a seguir á ilha Terceira e sem margem para dúvida no futuro poderá ser o maior pólo de atracção e captação turística dos Açores.

No entanto existem ainda vários factores que inibem a demanda turística destas três ilhas.

O elevado preço das passagens aéreas inter-ilhas e do continente para a região, uma relação preço qualidade dos nossos alojamentos com claro pendor para o primeiro, aliada à dispersão e descontinuidade geográfica que obriga os turistas a efectuarem várias deslocações entre as ilhas, ligações marítimas nalguns casos com pouca regularidade em meios de transportes ainda pouco confortáveis, são algumas das questões que urge resolver para uma melhoria efectiva das nossas acessibilidades. Existe ainda aliás uma margem de crescimento significativa, no que ao aumento da celeridade e índices de conforto dizem respeito.

Justifica-se por tudo isto no triângulo, um investimento numa aposta turística diferenciada do resto da Região.

Estas três ilhas são ainda fortemente dependentes do sector primário e ao sector secundário, são as indústrias agro-transformadoras que lhe dão visibilidade, não fugindo naturalmente à velha regra, onde existe uma forte dependência do sector primário, o sector secundário está-lhe intrinsecamente ligado.

Para tal considero ser necessário que no sector económico se continue a privilegiar o turismo como actividade principal para todo o território. Passando este a constituir o vector de desenvolvimento principal, a partir do qual dependem todos os outros sectores produtivos, mormente os tradicionais.

Ou ainda, se preferirem, até para utilizar uma expressão mais em voga; o turismo deverá ser para os Açores e para os açorianos em geral mas de uma forma muito particular para o triângulo, a sua actividade económica âncora.

A nossa reduzida dimensão, faz com que os vários sectores de actividade económica sejam muito interdependentes uns dos outros e essa interdependência e interactividade tem de ser muito bem planeada e estruturada.

Se na maior parte dos casos ainda não temos produções em dimensão e qualidade para se pensar com sucesso na exportação, podemos no entanto, com o incremento do turismo, aumentar exponencialmente os nossos consumidores, trazendo-os para dentro desta região.

Acredito que não sendo o triângulo um território de muito sol e praias, tem no entanto suficientes e fortes argumentos para convencer alguns nichos do mercado turístico internacional, a visitar a nossa região, contribuindo decisivamente para viabilizar, dentro de portas, os sectores primário e secundário, designadamente da agro-industria e das pescas, podendo mesmo vir a constituir-se no futuro, o mais importante núcleo de desenvolvimento turístico de toda a região.

De resto, convém saber aproveitar ou potenciar o aproveitamento por parte dos investidores, de todas as sinergias que advirão no futuro, da existência de duas “gate ways” nestas três ilhas.

Assim como possibilitar a esses mesmos investidores, o desenvolvimento de uma rede de transportes marítimos modernos e eficazes, que permita aproximar cada vez mais a interface entre estas três ilhas, conferindo-lhes assim quase todas as vantagens e potencialidades de um território contínuo.

Aliás esta rede de transportes marítimos deveria ainda facilitar e incentivar a circulação interna dos seus habitantes, para que estes melhor possam usufruir da complementaridade dos equipamentos e valências de que o triângulo dispõe.

Contudo, não se pode pensar num sector turístico mais reforçado sem que, paralelamente se reforcem também, os sectores da saúde e da educação.

No futuro não se pode contar tostões quando se tratar de reestruturar e reforçar estes dois sectores.

É certo que estes não são sectores produtivos mas esse facto não pode ser inibidor dos investimentos que serão necessários realizar.

Certamente, a médio e longo prazo, quando a nossa indústria turística atingir os níveis e plenitude almejados, poderemos contar com o retorno financeiro dos investimentos que no início tenham de ser efectuados.

Aliás, nesta estratégia a educação ocupará uma posição de charneira. Será fundamental elevarmos o mais possível o nível cultural dos nossos concidadãos, para que num futuro próximo possamos contrariar a tendência de desertificação e envelhecimento da população, de que neste momento padece o triângulo. Colaborando e ajudando a desenvolver fórmulas de fixação da nossa população estudantil e em início da sua actividade profissional, ao mesmo tempo que ajudamos a preparar os jovens, não só numa perspectiva meramente cultural mas também numa vertente técnica e profissional, para poderem cada vez mais responder aos novos desafios que lhes são colocados, quer pelos mercados de trabalho, cada vez mais exigentes e selectivos, quer pela nossa indústria turística, que convém que todos saibamos receber e tratar, neste mundo da globalização.

É imprescindível por isso, o desenvolvimento de uma política de apoio, incremento e desenvolvimento do nosso ensino técnico-profissional

Se soubermos divulgar, promover e finalmente vender as nossas ilhas, apenas num só pacote turístico, dando a conhecer até à sociedade as nossas regiões determinadas para as produções de vinho, de queijo e mel, a qualidade das nossas águas balneares, a existências de locais aprazíveis para o mergulho de observação, os nossos circuito pedestres, as rotas do queijo, dos vulcões e do vinho, o montanhismo, observatório natural de uma enorme variedade de espécies animais e vegetais, que vão desde o cachalote até às nossas endémicas e ainda o nosso clima, a nossa gastronomia, a nossa cultura, em suma as nossas gentes, então o triângulo poderá ser de facto uma festa, para utilizar um velho *slogan* da Associação de Municípios do Triângulo, onde os seus habitantes deixem de ter razões para permanentemente procurarem argumentos para o seu abandono e para a sua desertificação.

Ao enfatizarmos deste modo as qualidades e vantagens deste produto turístico, estamos também em simultâneo a seleccionar os turistas que por ventura o queiram comprar, afastando assim o perigo da sua massificação.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Nesta perspectiva de desenvolvimento para o triângulo, não podemos aceitar de ânimo leve a exclusão das ilhas do Pico e do Faial do Fundo de Coesão Regional, com os argumentos de que nestas ilhas as pessoas são verdadeiramente empreendedoras e que já dispõem de um conjunto de equipamentos que as colocam

num patamar de desenvolvimento que lhes permita dispensar os incentivos previstos no fundo a criar.

De facto, depois de se terem iniciado as operações de voo directamente do continente para o aeroporto do Pico, as expectativas dos seus habitantes relativamente ao seu desenvolvimento estão elevadas, assim como também é elevada a sua esperança no futuro.

O que de todo se dispensa neste momento é a aplicação de medidas restritivas que venham instituir um desenvolvimento da ilha e do triângulo a duas velocidades. Por um lado criando-se condições para uma acentuada procura deste destino, por outro retirando os apoios que poderiam fazer a diferença, a um empresário que tivesse a pretensão de investir na ilha do Pico por exemplo, em detrimento doutro local que registasse á partida um maior desenvolvimento, comprometendo assim legítimas expectativas de crescimento e de um redimensionamento efectivo da respectiva operação turística, como aliás já foi sobejamente defendido em outras intervenções por outros colegas do grupo parlamentar do PSD.

Verificando-se uma grande proximidade entre estes dois acontecimentos, tão marcantes para a ilha do Pico e para o triângulo, poderia dizer-se que aquilo que acabaram de dar com uma mão, estão a tentar agora retirar com a outra.

Se prestar-mos atenção aos níveis de aproveitamento da ilha do Pico aos apoios previstos no III QCA, verifica-se que não existe aqui nenhuma indicação que nos permita entender esta decisão do governo Regional para uma discriminação negativa da ilha do Pico no âmbito das alterações previstas à legislação do SIDER, SIDEL e SIDEPE.

Na realidade estes valores aproximam a ilha do Pico, não do grupo das ilhas mais desenvolvidas dos Açores, designadamente S. Miguel e Terceira, mas sim ao grupo de ilhas que neste diploma o governo Regional pretende discriminar positivamente.

Se dúvidas existem vejamos. Em parecer emitido sobre este assunto, a Câmara do Comércio da Horta afirma que do total do investimento da Região candidato aos apoios previstos no III QCA, a ilha do Pico regista um valor da ordem de 1,65%, muito próximo dos valores das ilhas da Graciosa e S. Jorge, respectivamente 1,63% e 1,72%. Muito aquém dos valores registados para as ilhas de Terceira, 21,81% e S. Miguel, 62,93%.

Registe-se até que neste aspecto, a ilha do Pico encontra-se mesmo abaixo da Ilha de S. Jorge, ilha que está integrada no grupo das que farão parte do Fundo de Coesão Regional.

Mesmo somando os valores de Pico, Faial e S. Jorge o resultado, 11,64% é sensivelmente metade do valor registado para a ilha Terceira.

Por outro lado se compararmos o nível de incentivos atribuídos por cada ilha, verifica-se que as diferenças ainda mais se acentuam. Só a título de exemplo, a ilha do Pico regista a taxa de 1,77% do total, abaixo de S. Jorge com 2,03%.

Não será esta demonstração suficiente para perceber-se que as ilhas que constituem o triângulo deverão ainda por mais algum tempo, integrar o grupo do Fundo de Coesão, sofrendo assim de uma discriminação positiva que as catapulte para outro patamar de desenvolvimento?

Julgamos que sim. Estamos certos que estes números ajudarão por ventura a entender aquilo que na ilha do Pico todos já sabem e temem, que a nossa realidade socio-económica coloca-nos mais

perto da ilhas que farão parte do Fundo de Coesão do que das restantes e que a sua separação deste grupo pode ser castrador e catastrófico para o seu desenvolvimento futuro e para um desenvolvimento consistente, harmonioso e equilibrado do triângulo, nesta perspectiva de território integrado.

Disse.

Jaime Jorge

Horta, sessão plenária de Maio de 2005